



Recebido em 25/05/2020

Aceito em 20/06/2020

DOI: 10.26512/emtempos.v1i36.31701

DOSSIÊ

O Rap negro na cidade planejada: a música negra das periferias do Distrito Federal

The black Rap in the planned city:
black music from the peripheries of the Federal District

Eliane Cristina Brito de Oliveira

Doutoranda em História na UnB

eliane.cbo@gmail.com

RESUMO: A construção de Brasília se baseou em um projeto orquestrado antes mesmo da década de 1950 e que também fora construído na perspectiva do mito de democracia racial à moda brasileira. Os espaços destinados aos negros e brancos no Distrito Federal também são marcados pelo racismo. O RAP negro na cidade planejada é uma fresta aberta por meio da música para resistir ao projeto de exclusão social e racial de Brasília e a música promoveu não somente resistência, mas também ajudou na construção da identidade racial da juventude periféricas do DF.

PALAVRAS-CHAVE: RAP-DF. Identidade Negra. Periferias. Brasília-DF.

ABSTRACT: The construction of Brasilia was based on an orchestrated project even before the 1950s and which was also built from the perspective of the Brazilian-style racial democracy myth. The spaces for blacks and whites in the Federal District are also marked by racism. The black RAP in the planned city is an open gap through music to resist Brasília's social and racial exclusion project and music has promoted not only resistance, but also helped in the construction of racial identity of the peripheral youth of the DF.

KEYWORDS: RAP-DF. Black Identity. Suburbs, Outskirts. Brasilia-DF

Para este artigo, foram utilizadas as entrevistas realizadas na pesquisa de mestrado¹ da historiadora Eliane Oliveira, com os três principais personagens da denominada primeira geração de RAP do DF: o DJ Raffa, os *rappers* X e Japão. O DJ Raffa, Cláudio Raffaello Serzedello Corrêa Santoro, cresceu no Plano Piloto, é produtor musical e iniciou sua carreira no hip hop em 1982, quando dançava *breakdance* no DF. Em 1984 começou a fazer montagens de *scratches* e tornou-se um dos maiores DJs de RAP do Brasil.

¹ Conferir em: OLIVEIRA, Eliane C. B. de. *Do gangsta às minas: o rap do Distrito Federal e as masculinidades negras* (1990 a 2015). Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

O *rapper* X, Alexandre T. Silva, é morador da Ceilândia e foi o principal membro do grupo Câmbio Negro, reverenciado como um dos maiores nomes do RAP nacional. O grupo se diferenciou de tudo que era produzido no cenário RAP nacional, especialmente por se tornar a primeira banda de RAP do Brasil. A formação era Ritchie na bateria, Zeca no baixo e Bell na guitarra. O sucesso do Câmbio Negro ultrapassou as fronteiras do DF, o grupo chegou a apresentar em diversos programas de TV e em 1999 ganhou o prêmio da MTV², na categoria RAP, com a música “Esse é o Meu País”³.

Marcos Vinicius de Jesus Moraes, conhecido como Japão, iniciou como *rapper* em 1989 no grupo Esquadrão MCs, em seguida integrou o grupo de GOG (1993 a 2000) e consolidou sua carreira no cenário RAP. O grupo Viela 17, criado por ele, nasceu nas ruas de Ceilândia e leva o nome da rua onde ícones RAP-DF fizeram história.

Em termos gerais, o que se propõe no artigo é evidenciar como a música produzidos por negros e negras do Distrito Federal promoveram relativo enfrentamento à segregação social e racial em Brasília e, ao mesmo tempo, serviu como veículo privilegiado para movimentar processos identitários em torno da valorização da negritude e da resistência às práticas e discursos racistas. Apesar de a discussão não ser nova e/ou pioneira, ainda são poucos os trabalhos no campo das Ciências Humanas e Sociais que se voltam prioritariamente para o *Rap* produzido em Brasília e no seu entorno, o que confere a necessidade dessa discussão no campo da história.

Bras-ílla: a cidade dividida

A criação da cidade de Ceilândia e diversas outras cidades satélites do Distrito Federal se inscrevem no contexto da criação de Brasília. Em busca de melhores condições de vida, oportunidades de trabalho e ascensão social, inúmeros homens e mulheres deslocaram-se de várias regiões do Brasil para o Planalto Central. A construção de Brasília fazia parte, dentre outros objetivos, do projeto político nacional/estatal de progresso e prosperidade almejados no Brasil da época. Sua inauguração em 1960 significou “a materialização dos desejos e dos sonhos que informavam o imaginário de muitos brasileiros nos anos 50 – sonho de romper com os arcaísmos políticos e sociais e instituir no Brasil um novo tempo” (CEBALLOS, 2005, p.5).

No entanto, Brasília não foi planejada para abarcar os (as) milhares de trabalhadores (as) que participaram da construção da cidade, nem os retirantes que chegaram à capital fugindo da seca do Nordeste ocorrida em 1958. Segundo Ceballos (2005, p.98), “o governo surpreendido, viu-se impelido a criar uma cidade para abrigar essa massa – nasce, então, Taguatinga”.

O projeto de criação das cidades satélites relacionou-se com a necessidade de erradicação de favelas, no intuito de retirar as ocupações que estavam próximas ao Plano Piloto. A cidade de Taguatinga foi a primeira que integraria o “avião” (Brasília).

² “Lançada em 1990, a MTV Brasil representa o primeiro empreendimento de um grande grupo internacional de mídia no País- a americana Viacom Inc”. Conf. LUSVARGHI. 2002, p. 3.

³ Álbum Câmbio Negro, gravadora Trama, 1998.

Inaugurada antes mesmo da capital federal, em 1958, alojou, de forma precária, as populações carentes, oriundas da “favela” da então Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante.

Para Lúcio Costa, as cidades satélites estavam no projeto, mas somente deveriam existir após a ocupação do Plano Piloto. Todavia, a pressão por habitação aumentou e tomou os meios de comunicação, sobretudo, com o discurso de que as ocupações nas margens do Plano Piloto configuravam um “atraso” à cidade planejada e moderna. Em 1960, “o GDF implantou sucessivas satélites: Gama e Sobradinho; Guará I - nos fins da década - acrescido do Guará II, ao longo dos anos 1970” (PAVIANI, 2010. p. 147), além da transferência de mais de 80 mil pessoas das *vilas* circundantes do Núcleo Bandeirante para a Ceilândia.

Emerge, assim, a polaridade entre Plano Piloto e cidades satélites: “o operariado é mantido na periferia, enquanto os funcionários da administração federal tinham assegurado seu domínio sobre a cidade mais moderna do mundo” (RIBEIRO, G., 1980 p. 120). De um lado a cidade modelo (sonho de Dom Bosco) e, do outro, aquilo que não poderia ser esquecido, o reflexo das cidades brasileiras. Como ressaltaram as pesquisadoras Ferreira e Penna (1996, p. 195), “é falacioso pensar que as cidades satélites se opõem ao Plano Piloto, como uma paisagem dual, dicotomizada. Elas não poderiam existir sem o Plano, e é para mantê-lo que elas existem. Juntos formam a unidade da cidade segmentada em classes”.

Ao analisar o processo de “segregação sócio-espacial”, o sociólogo Breitner Luiz Tavares (2009, p. 69) ressalta que essa categoria foi difundida na Escola de Chicago nos anos 30 e 40 do século XX, e que “exprime uma tendência da organização do espaço com zonas de grande homogeneidade social que se distribuem em função de critérios da diferença de classes econômicas gerando ‘racismos espaciais’”.

A dicotomia entre centro e periferia construído na história do DF tem seu fio condutor nas tradições historiográficas que estabeleceram o maniqueísmo, África e Europa, branco e negro, colônia e metrópole, para definir as relações complexas de poder entre classes, sociedades e culturas (BULHÕES, 2013, p.1). As experiências do *apartheid* na África do Sul, bem como a existência de lugares separados para brancos e negros, mostram como essas categorias binárias para compreensão do mundo fazem parte do projeto de significação ou significações, produzido por quem se beneficia do ato linguístico de designar o outro a um estado de exclusão permanente. O direito à cidade planejada faz parte de um projeto engendrado para alguns poucos; aos outros, o lugar a construir, a conquistar, a margem do Plano Piloto, que o RAP ressignificará e transformará em espaço de pertencimento e orgulho negro.

A cidade de Ceilândia surgiu em março de 1971 para conter e afastar do centro de Brasília a formação de “favelas”. Todavia, até o final da década de 1980, era considerada uma grande “favela” de Taguatinga, cidade vizinha. A sigla CEI, que significa Campanha de Erradicação de Invasões, com a palavra “lândia” que significa cidade, formaram o nome da comunidade que se tornou uma das mais importantes do DF. Como anunciou o GOG, em 1993, na música “Brasília Periferia”,

*O centro de erradicação
de invasões criadas no governo*

*Médici, prepare-se, pois, a área
Não tem nada a ver com a Disneylândia
C.I. pra quem não sabe é a Ceilândia (...)*

A historiadora Ceballos (2005, p. 88), ao pesquisar os inúmeros artigos e matérias publicadas nos jornais após a inauguração da nova capital, mapeou os principais problemas das cidades recém-criadas: violência, desemprego, crescentes favelas, falta de acesso à saúde e à educação. Em 1962, Ernesto Silva considerou que a nova capital era um exemplo de inovação arquitetônica, mas não uma cidade moderna. Para ele,

se a comunidade não é feliz, se parte dela vive miseravelmente à margem, se as crianças morrem famintas ou estão abandonadas nas ruas, se os homens não têm emprego, se a saúde pública é falha, se os mendigos pululam pelas calçadas, se as escolas não são suficientes, se os homens do campo se revoltam e as terras são ocupadas por ociosos, não temos uma cidade moderna, não vivemos numa cidade moderna (*Correio Braziliense*, 18 de agosto de 1962).

Nesse cenário de desigualdades sociais nas periferias do DF, o RAP tornou-se uma forma de expressão que não se constitui apenas como diversão, mas também como uma proposta de identidade e inclusão dos jovens marginalizados, como pode-se observar na fala do cantor Alexandre T. Silva, conhecido como X, membro do grupo de RAP Câmbio Negro,

quando surgiu o Rap aqui, ele não parou, ele foi mesmo, um pólo de resistência, teve uma época que o Rap deu meio que uma diminuída digamos assim, não parou, mas aquilo que eu te falo, continuava rolando sempre, e pelo fato da Ceilândia ser sempre estigmatizada, a gente era sempre discriminado, era um lugar mais violento, era mais perigoso, né, só tinha bandido e nada de bom pras pessoas. Então a vontade de protestar de gritar era maior era mais forte (Entrevista concedida em 20/03/2016).

Quando a Ceilândia surgiu em 1971, pouco ou quase nenhum lazer existia para a população. Sobre a falta de eventos culturais, de escolas, de hospitais e de serviços básicos, os jovens se inspiraram e utilizaram o RAP como protesto. As músicas de RAP, de modo geral, expressam uma relação identitária com o lugar onde os *rappers* vivem.

O RAP emerge das novas identidades, sobretudo, de valorização da comunidade local, das experiências e vivências cotidianas nas periferias. São os filhos dos nordestinos, entre outros, em busca de melhores condições de vida que vão fazer as rimas do RAP-DF, uma maioria de jovens negros que escreve em primeira pessoa suas críticas, seus sonhos, suas opiniões políticas, tendo como referência a história das cidades onde vivem.

A música “Careca sim e daí?”, lançada em 1993, expressa as angústias e as possibilidades vivenciadas pelos jovens moradores das periferias do DF.

*Sou negão careca da Ceilândia mesmo e daí?
Tu vive falando merda e ainda pisa aqui
Sai voado moleque, besouro sem asa
não é qualquer prego que apronta da minha
então (...)*

A música demarca a negação de um espaço social apenas como lugar à margem do Plano, a entonação “e daí?” é um questionamento da discriminação exercida por aqueles que colocam a Ceilândia e as periferias do DF como lugares inferiores. A música cria uma territorialidade negra, uma identidade, pertencimento e orgulho entre os/as que vivem na cidade.

O *rapper* Japão argumentou que mudou sua forma de ver Ceilândia ao ouvir “Câmbio Negro: - *Sou negão careca da Ceilândia mesmo e daí*. Quando eu vi o X falando isso eu falei velho, porque não né?! (...) eu não posso deixar que as pessoas da Ceilândia comprem o boné I love New York, tem que comprar I love Cei” (Entrevista concedida em: 25/02/2016). A radicalização da música com os xingamentos e entonação mais elevada possibilitou uma revolução no comportamento da juventude moradora das cidades-satélites mais distantes, o orgulho de ser negro/negra e pertencer às periferias.

A mensagem é clara aos que não pertencem, “ouçam”, existem leis e códigos de comunicação próprios dos moradores e os “de fora” devem respeitá-las,

*olho pra essa cara de bodinha a minha raiva cresce
não vou te dar um cacete mais que merece, merece
merece merece mesmo, levar um pau servido
mas eu fico com pena, de quem já tá fudido
fudido fudido fudido fudi fudido e meio
falo na sua cara
digo e não tenho receio
de gente boa igual você, véi
o inferno tá cheio
(Câmbio Negro- Careca sim e daí?)*

A construção dessa territorialidade é atravessada por questões subjetivas ligadas ao machismo estrutural. A palavra “bodinha” é uma expressão depreciativa bastante utilizada nas periferias do DF na década de 1990, e que significa homens que, normalmente, pertencem às elites ou aos territórios inimigos. A expressão simboliza um feminino depreciado que somente ganha sentido ao enaltecer o ser homem de verdade da música, nesse sentido, a linguagem como mecanismo de poder, inferiorizar os “inimigos” é, antes, torná-los mulher⁴.

Construção planejada na ótica racista

O projeto urbanístico de Brasília na sua configuração tem semelhanças com o projeto “higienista” e “eugênico⁵” das primeiras décadas do século XX, que tinham como

⁴ Conferir discussão mais aprofundada na dissertação de mestrado: OLIVEIRA, Eliane C. B. de. *Do gangsta às minas: o rap do Distrito Federal e as masculinidades negras* (1990 a 2015). Dissertação (Mestrado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

⁵ Eugenia foi um movimento que acreditava na perfectibilidade humana a partir da genética, e que incentivou a “seleção da espécie” a partir do cruzamento entre indivíduos puros e superiores. PEREIRA, Amílcar Araujo; MOFACTO, Elizabete Santos. Relações étnico-raciais, gestão escolar e educação: dos desafios para a consolidação de uma perspectiva democrática nas escolas. *Gestão escolar pública: desafios contemporâneos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2015, p. 59-74. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002430/243009POR.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

principal objetivo o “combate à insalubridade que se desencadeou no Rio de Janeiro, originou o processo de replanejamento de novas formas de organização, base da urbanística moderna, bem como as leis e códigos de saúde pública” (PEREIRA, A., 2013, p. 61) além da limpeza racial com a política de branqueamento da população brasileira. O historiador Amical Pereira ao questionar as teorias raciais e a democracia racial no Brasil, considerou que, no início do século XX,

prevaleceram as ideias de estudiosos do campo das ciências sociais e humanas que usaram e abusaram da metáfora darwinista – resignificada e utilizada por Spencer, segundo Poliakov – da “sobrevivência dos mais aptos” e que utilizaram a eugenia para sugerir políticas públicas que, entre outras coisas, implicavam no que Seyferth chama de uma “limpeza étnica” (PEREIRA, A., 2013, p.63).

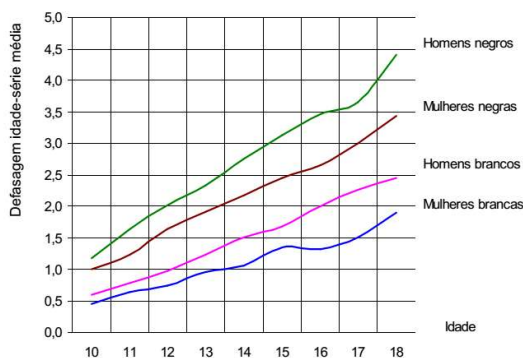
As questões raciais tornaram-se o centro das discussões sobre a identidade nacional, ao final do século XIX e início do século XX, na transição entre o Império e a República. Era preciso construir uma “nação brasileira”, mas como construí-la “com uma população cuja maioria descendia de ex-escravizados de origem africana e indígenas, considerados inferiores?” (PEREIRA, A., 2013, p. 63).

O projeto de nação foi realizado por meio da política de branqueamento na qual a principal ação girava em torno imigração europeia, que em 40 anos trouxe ao Brasil o mesmo número de africanos (3,99 milhões de europeus) (PEREIRA, A., 2013). No Brasil republicano, a Constituição de 1891 asseverava em seu texto a proibição de imigrantes asiáticos e africanos no território brasileiro e, ainda, no seu Artigo 138, determinava o estímulo à educação eugênica em todos os âmbitos dos governos estaduais, municipais, federais e do Distrito Federal (PEREIRA, A., 2013).

A política eugênica trouxe como resultado a defasagem escolar, os homens negros, por exemplo, têm mais dificuldade nas trajetórias escolares, seguidos por mulheres negras. O gráfico disponibilizado pela Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio (PNAD) representa a permanência do projeto de educação eugênica na educação brasileira, (CARVALHO, M., 2004).

Gráfico 2

Defasagem idade-série média na faixa etária de 10 a 18 anos, segundo sexo e cor. Brasil, 1999



Fonte: PNAD 1999 *apud* Rosemberg, 2001.

A partir de relatos de viajantes ou mesmo representantes políticos como ex-presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, criou-se no imaginário da sociedade internacional de que aqui havia uma integração racial que poderia servir de exemplo para outras nações, um verdadeiro “paraíso racial”. Dado o texto histórico e a emergência de uma nova posição com relação à suposta miscigenação, a “democracia racial” emerge como a melhor justificativa pra questão racial no Brasil da década de 1930, definida como pensamento científico pelo sociólogo Gilberto Freyre. Segundo Munanga,

O mito da democracia racial “encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria (MUNANGA, 1999 *apud* PEREIRA, A., 2013, p. 81).

O mito da democracia racial tomou tamanha proporção que após a Segunda Guerra Mundial o Brasil foi apresentado “como exemplo ao mundo ‘devastado’ por uma Guerra ‘racial’, como o país da ‘harmonia entre as raças’”. As Organizações das Nações Unidas (UNESCO), inclusive, patrocinaram “a partir de 1950 um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, conhecidas como “Projeto Unesco”. (PEREIRA, A., 2013, p. 82).

Em setembro de 1949, recém empossado num cargo de direção da Unesco, Artur Ramos, que compreendia o Brasil como um “laboratório de civilização”, uma vez que teria “apresentado a solução mais científica e mais humana para o problema, tão agudo em outros povos, das misturas de raças e de cultura” (RAMOS, 1934:179), apresentou a proposta de construção de uma pesquisa, financiada pela Unesco, sobre as relações raciais no Brasil (PEREIRA, A., 2013, p. 82).

O mito racial brasileiro em meios acadêmicos somente foi desmascarado a partir de trabalhos como do intelectual Florestan Fernandes e Roger Bastide nos anos de 1950, eles iniciaram uma série de estudos financiados pela Unesco e que tinha como principal objetivo reafirmar a suposta “democracia racial” do Brasil. No entanto, os estudos desvelaram a condição do povo negro no Brasil.

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1978, p. 20).

Esse “destino” da população negra envolveu inúmeros aspectos de violência simbólica, material e violações dos seus direitos básicos. Uma das consequências dessa suposta democracia racial foi/é o genocídio do povo negro, sobretudo da juventude. No dia 29 de março de 2016, o jornal *Correio Braziliense* publicou o resultado da pesquisa realizada pela Codeplan⁶ na qual a cada dez jovens mortos no DF, nove são negros. Segundo os dados, “entre 2010 e 2012, 818 jovens negros entre 15 e 29 anos foram

⁶ A Codeplan, Companhia de Planejamento do Distrito Federal é uma empresa estatal do Distrito Federal brasileiro, foi criada em 1964, pela Lei n° 4545, de 10 de dezembro de 1964.

assassinados na área Metropolitana de Brasília, que inclui o Entorno do DF. No mesmo período, foram 91 óbitos entre os jovens brancos na mesma faixa etária⁷.

Os dados referentes à comunidade carcerária no Brasil, entre os anos de 2005 a 2012, segundo o Sistema Integrado de Informação Penitenciária (InfoPen), os jovens são maioria, representando 54,8% da população carcerária brasileira. O critério de cor/raça confirma que existem mais negros presos do que brancos: “em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra” (BRASIL, 2015, p.35).

Os dados apresentados refletem o racismo estrutural, no entanto, as pesquisas precisam utilizar o pleno recorte racial, pois a falta dessa especificidade “tem servido para manter a população negra em situação de vulnerabilidade na medida em que dificulta a identificação de disparidades” (LOPES, 2004, p. 78.). No Complexo Penitenciário da Papuda, por exemplo, observa-se⁸ um crescimento significativo da presença de pardos e brancos, o que pode confirmar que especialmente os pardos e pobres estão sendo presos, enquanto os pretos, principalmente, estão sendo alvos do genocídio operado também pelo Estado brasileiro. São questionamentos que precisam ser levantados para que ocorram políticas públicas específicas para cada demanda do povo negro.

Considerando que a construção de Brasília se baseou em um projeto orquestrado antes mesmo da década de 1950 e que também fora construído na perspectiva do mito de democracia racial à moda brasileira, os dados da Codeplan nos remetem à historicidade dos espaços destinados aos negros e brancos no Brasil. Conforme essa instituição de pesquisa, as cidades satélites têm uma população majoritariamente negra, como pode ser evidenciado no gráfico a seguir:

7

Disponível

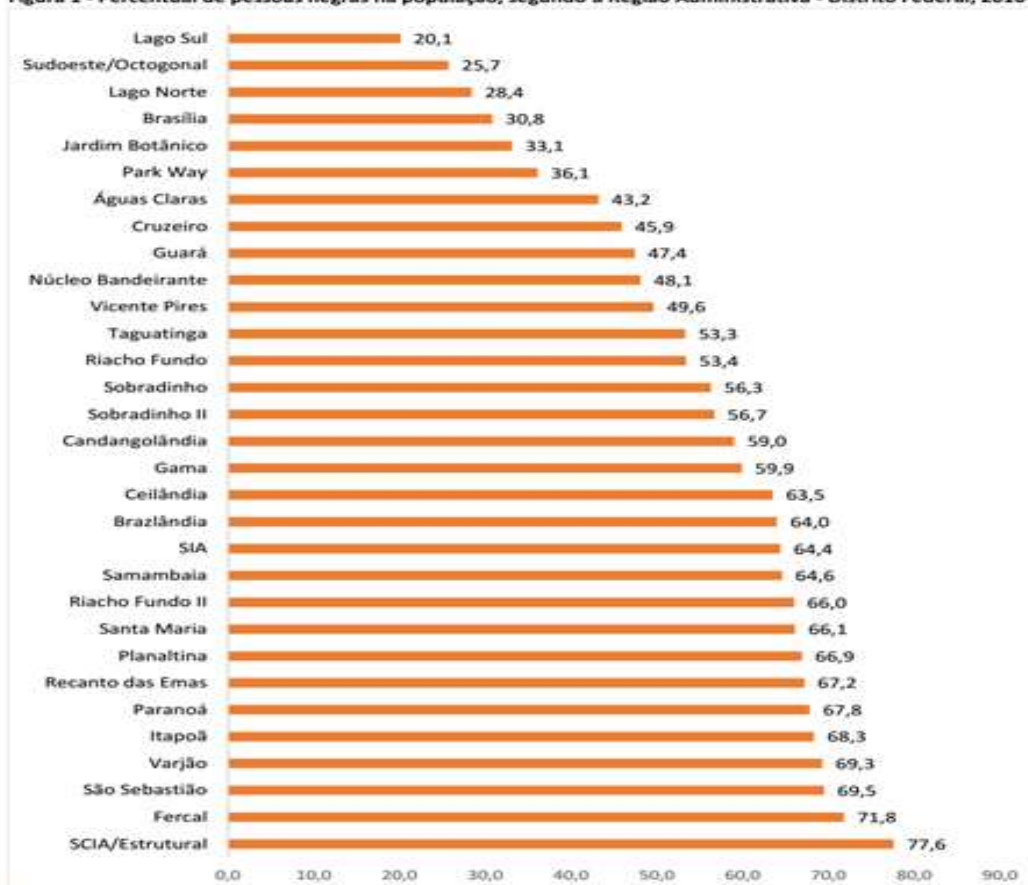
em:

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/03/29/interna_cidadesdf.524516/nove-entre-10-jovens-mortos-na-area-metropolitana-de-brasilia-sao-negr.shtml>. Acesso em: 04 abr. 2016.

⁸ Participo de visitas constantes ao Complexo Penitenciário da Papuda-DF.

Gráfico 3

Figura 1 - Percentual de pessoas negras na população, segundo a Região Administrativa - Distrito Federal, 2010



Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010
Elaboração: Codeplan

Os jovens negros também estão entre os excluídos da escola formal, os índices de evasão escolar entre os meninos negros são os mais altos, comparados aos dos brancos e mulheres brancas e negras. Na escola são considerados os problemáticos e irrecuperáveis. Na vida adulta, lhes são confiados os empregos informais ou mal remunerados. É retirado, inclusive, o direito à paternidade, já que segue o estereótipo de que toda mãe negra é mãe solteira⁹. Nesse sentido, as masculinidades exercidas e procuradas por estes jovens têm marcas da sociedade que os exclui e legitima apenas para os homens brancos o exercício do poder. O ser homem em um cenário de periferia e ser homem para o RAP significa levar em conta os papéis sociais exercidos por esse grupo racial masculino e o racismo contra os jovens negros no Brasil.

O RAP é uma forma de publicizar por meio da música a construção de uma consciência política da população jovem, geralmente negra e pobre. Perguntamos ao *rapper* X se ele chegou a participar de algum movimento negro organizado e ele afirmou:

⁹ Conferir SOUZA, Rolf Ribeiro de. “As representações do homem negro”. Revista **Fórum Identidades**. Ano 03, volume 06. 2009.

Não, nunca participei. Até cheguei a comprar um ou dois livros do pessoal do MNU (Movimento Negro Unificado) é sempre estava ali na roda de capoeira, conversava com algumas pessoas que eram ligadas ao movimento. Com o pessoal da própria religião mesmo, de Umbanda, do Candomblé, mas assim falar assim eu sou militante eu faço parte do movimento negro. Eu faço parte do Hip Hop. A maioria do Hip Hop era negra e eu me sentia em casa (Entrevista concedida em: 27/02/2016).

Ao pesquisar sobre o papel político dos bailes *blacks* de São Paulo, João Batista relatou que 80% (oitenta por cento) dos entrevistados mencionaram nomes de grupos ligados ao Hip Hop para referenciar o Movimento Negro no Brasil, como Racionais MC's, Câmbio Negro, Facção Central, dentre outros. Um entrevistado relatou: “é através deste pessoal que a gente sabe que existe o racismo (no Brasil). Se não houvesse eles a gente nunca saberia que o racismo existia” (FELIX, 2005, p. 21).

A denúncia do racismo é frequente nas músicas de RAP-DF. DJ Raffa (2007, p. 251) se reconhece como branco, mas sublinha que “o hip-hop fez despertar na população a autoestima, a vontade cada vez maior de denunciar práticas de racismo e de incluir a questão nas grandes discussões do país”. O *rapper* X afirmou que essa questão aparece nas letras de RAP porque “a maioria do público de Rap é negra. A maioria dos habitantes das periferias é negro” e conclui:

a maioria da população do Brasil é negra, entendeu, 70% da população do Brasil é negra, mas não se assume. Uns se dizem pardos, outros se dizem morenos, outros se dizem marrom bombom, outros se dizem chocolate, entendeu? Não se assume como negro” (Entrevista concedida em: 27/02/2016).

Quando o questionamento é sobre identidade racial, a principal referência dos *rappers* do DF é o grupo “Câmbio Negro”. Criado em 1990 na cidade de Ceilândia, sua primeira produção somente ocorreu em 1993, pois as gravadoras alegaram que “as letras estavam recheadas de palavrões, impedindo a veiculação nas rádios” (DJ RAFFA, 2007, p. 240). O dono da incipiente gravadora Discovery, Genivaldo, resolveu incentivá-los, o LP intitulado “Sub-Raça” saiu em julho de 1993 e o disco atingiu vendagem superior a 2 mil cópias em menos de uma semana, o que proporcionou uma repercussão até mesmo internacional. A postura dos *rappers* frente às realidades das periferias, principalmente da questão racial, tornou o disco um referencial para o RAP no Brasil, um verdadeiro clássico e como frisou DJ Raffa,

além disso, ele foi o primeiro de uma revolução: o surgimento do mercado independente do hip-hop no DF. A união de vários fatores transformou a Discovery numa das maiores e mais respeitadas gravadoras independentes desse segmento no Brasil (DJ RAFFA, 2007, p. 268).

A música que deu nome ao primeiro álbum do Câmbio Negro foi “Sub-Raça”, ela problematiza a condição de subalternidade imposta aos negros e negras, contando uma outra história do Brasil a partir da glória, do “privilegio de pertencer a uma raça, que

com o próprio sangue construiu o Brasil” (Sub-Raça, 1993), mas que não usufruiu dos lucros e bens gerados por essa construção. Pelo contrário, continuou sendo explorada e relegada à condição “primordial” de “sub-raça”. O verbo construir para definir a ação dos negros e negras simboliza uma reviravolta nas narrativas sobre a história do Brasil, de um ser objeto para um ser sujeito, que age, transforma e pensa. A questão étnico-racial são fundamentais para compreender as representações da masculinidade nas músicas de RAP como presentes no trecho da música “Sub-raça” transcrito abaixo, já que, a maioria dos grupos são compostos por homens negros que narram sobre as vivências da juventude das periferias.

(...)
*Sub-raça sim é como nos chamam
Aqueles que não respeitam as caras
Dos filhos, dos pais, dos ancestrais deles
Não sabem que seu bisavô, como eu era escuro
E obscuro será o seu futuro
Se não agir direito
(...)
(Sub-Raça, 1993)*

Essa música é educativa, especialmente para o povo negro, já que a escola formal silenciou e continua silenciando a participação dos/das negros/as como protagonistas na história do Brasil, além de defender a necessidade de conhecimento da ancestralidade negra e pertencimento racial, “o valor da própria cor, não se aprende em faculdades ou colégios”. Essa letra foi produzida em 1993 e mostra que o RAP nesse período já reivindicava o reconhecimento da história e cultura negra na educação para o fortalecimento da luta antirracista. Assim, o RAP vem buscando transformar, por meio de sua música, a sociedade racista no âmbito da cultura, da política e da educação. Legalmente, apenas em 2003 é que houve a obrigatoriedade do ensino de “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (LEI 10.639/2003). Em “Sub-raça” também percebemos a crítica à democracia racial por meio dos questionamentos ao racismo estruturante da sociedade brasileira que desclassifica e silencia as violências praticadas contra seres humanos por serem negros, como exposto no trecho da música abaixo:

*Agora irmãos vou falar a verdade
A crueldade que fazem com a gente
Só por nossa cor ser diferente
Somos constantemente assediados pelo racismo cruel
Bem pior que fel é o amargo de engolir um sapo
Só por ser preto isso é fato
(SUB-RAÇA, 1993)*

No entanto, como na outra canção do mesmo álbum, “Sou careca sim e daí?”, a música “Sub-raça”, também apresenta o elemento de inferiorização do feminino quando diz: “*Sub-raça é a puta que pariu!*”, pois tal afirmação reflete uma negação da condição

de subalternidade dos negros, porém, equivale também afirmar “não nasci de uma puta”, adjetivo feminino que representa o estado de desqualificação moral das mulheres, expressão muito comum nas narrativas do RAP, de modo geral. Como ressaltou o pesquisador José Eustáquio Alves (2004, p. 29), “todos os palavrões são machistas e não existem palavrões feministas”, todos legitimam e desqualificam o ser mulher.

A pesquisadora Valeska Zanello, ao estudar os xingamentos atribuídos aos homens e às mulheres, discute as diferenças de gênero nessa temática. Para ela, a escolha do vocábulo para se xingar uma mulher nunca é aleatória, mas fruto de um processo histórico e cultural machista e sexista. O termo “puta” não se refere apenas a depreciar as profissionais do sexo, mas a todas as mulheres que possuem um comportamento sexual ativo. O termo é utilizado como controle sexual dos corpos femininos onde o ideal de mulher é a recatada, a “virgem moral”, ou seja, a que teve poucos parceiros. Esse xingamento, no entanto, é utilizado para ofender e humilhar todas as mulheres que contrariam os homens em qualquer motivo, ainda que não esteja vinculado a sua atividade sexual (ZANELLO; GOMES, 2010).

Outra questão importante que esse trecho da música evoca é a fluidez das identidades, as representações das masculinidades negras ancoram-se em uma cultura misógina hegemônica (HALL, 2003). Essa mesma cultura da qual os homens negros participam é opressiva para as mulheres negras e para os homossexuais negros. Nesse sentido, “não existe garantia quando procuramos uma identidade racial essencializada da qual pensamos estar seguros, de que sempre será libertadora e progressista em todas as outras dimensões” (HALL, 2003, p.347).

Uma das principais críticas ao RAP diz respeito à representação feminina, principalmente na primeira geração no DF, associada a fatores negativos, com exceção das mães negras, as guerreiras que sobrevivem em meio ao racismo e às desigualdades sociais.

Ser negro no DF?

A música do *rapper* GOG, “Carta à mãe África”¹⁰, possui elementos narrativos que nos permitem refletir sobre o ser negro no Brasil. Em um trecho o autor apresenta diferentes definições do que é ser negro, “os pretos, os negros, afrodescendentes, passaram a ser obedientes, afro-convenientes”, o que nos instiga a pensar sobre as dificuldades de definir o que é o negro na cultura brasileira e fazer algumas reflexões sobre essa temática. Como problematiza Kabengele Munanga, ser negro trata-se de uma decisão política. Para ele:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e

¹⁰ Álbum: Aviso às Gerações, 2006. É o oitavo álbum do *rapper* GOG. Recebeu o prêmio de melhor álbum do ano de 2007, o prêmio Hutúz, o mais importante do RAP nacional.

ideológico, mas não um conteúdo biológico. (...) Entra em jogo também o conceito de afro-descendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços¹¹.

Dessa forma, trabalharemos com a concepção de que ser negro é o sentimento de pertencimento a um grupo racial, construído sócio-historicamente em diferentes épocas e lugares, sendo uma posição política na medida em que se relaciona com a história de vida da pessoa, sua trajetória de vivência de preconceitos, racismo e a possibilidade de conscientização racial como forma de luta por direitos e organização política. Mas também ser negro é uma atribuição de sentido dada pelos brancos a outros humanos que implica em consequências sociais, materiais e políticas desvantajosas que estão intimamente relacionadas e fundamentadas no colonialismo, eurocentrismo e racismo.

Nas entrevistas realizadas para essa pesquisa, perguntamos para alguns *rappers*: você se considera negro? A resposta do Japão foi:

eu me considero negro, me considero negro, até então porque, porque eu me recuso a ser pardo, cor de mula, sacou, parda cor de mula, eu não sou uma mula, entendeu, e minha mãe pô, uma negra, sacou, uma negra que veio da Bahia pra cá do interior da Bahia e conheceu um brancão que é meu pai, que eu o amo, eu o amo bastante, sacou (Entrevista concedida em 25/02/2016).

O exemplo do *rapper* Japão é muito significativo, considerar-se negro é um ato político de afirmação e reconhecimento identitário, nesse caso, questionar o conceito de pardo significa mostrar o racismo brasileiro e suas artimanhas de democracia racial, que tenta a todo custo apagar a quantidade de pretos no Brasil. Ser filho de um casamento interracial não o torna branco, o RAP o ensinou a se reconhecer como homem negro.

Para Stuart Hall (2003, p. 187), não existe uma identidade negra pura, fixa, imutável, pois todas as identidades são até certo ponto híbridas e o termo negro é um conceito que varia de tempo e lugar. Por exemplo, ele afirma que pela sua própria experiência tanto no Caribe quanto na Inglaterra, o termo negro não encontra uma correspondência exata na situação americana.

Nos EUA, por exemplo, é considerado preto¹², aqueles/aquelas que descendem de pais pretos. No Brasil atual, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza as cores preta, parda, branca, amarela e reconhece os pardos como negros. Tal classificação tem como diretriz, essencialmente, o fato de a coleta de dados se basear na autodeclaração.

Essa classificação tem limites como toda classificação racial, mas esse tipo de coleta de dados tornou-se importante para problematizar o racismo no Brasil e estabelecer informações que fundamentam a necessidade de políticas públicas para essa

¹¹ A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005>. Acesso em: 23 mar. 2017.

¹² O movimento negro organizado dos EUA não utiliza o nome *negro* para mencionar pessoas não-brancas, já que remete ao projeto racista emergido na modernidade. A melhor definição aderida pelos movimentos desse país é preta, já que simboliza a cor da pele.

enorme parcela da população brasileira excluída de direitos básicos se comparada aos brancos. Sobretudo, porque o projeto da miscigenação brasileira não reduziu o racismo, já que inúmeras pesquisas apontam que os pretos e pardos são os que possuem maior dificuldade para realizar a mobilidade social e, por essa razão, as desigualdades sociais entre brancos, pretos e pardos é enorme e quase intransponível sem ações afirmativas.

Segundo o censo demográfico de 2010, dos 191 milhões de brasileiros, (47,7%), 91 milhões se declaram brancos, pardas (43,1%), 82 milhões, pretos apenas (7,6%), 15 milhões, e (1,1%) amarelos, e (0,4%) indígenas (IBGE, 2010). Esse dado também demonstra que o discurso da miscigenação não faz sentido, já que parte dos brasileiros se declara parda ou mestiça. Por que isso ocorre se vivemos numa “democracia racial”?

Primeiro porque uma grande parcela da população não quer ser negra por causa do estigma da escravização e pelos significados negativos que essa identidade ainda possui no imaginário brasileiro, pois quanto mais características do negro/a ideal pessoas e grupos tiverem, mais exclusão, mais genocídio, como o trecho da música “Carta a mãe África” de GOG explicita:

*O plano fica claro... É o nosso sumiço
O que querem os partidários, os visionários disso
Eis a questão...
A maioria da população tem guetofobia
Anomalia sem vacinação.
E o pior, a triste constatação:
Muitos irmãos, patrocinam o vilão...
De várias formas, oportunistas, sem perceber
Pelo alimento, fome, sede de poder
E o que menos querem ser e parecer...
Alguém que lembre, no visual você.
(Carta à mãe África, 2006)*

No entanto, apesar das críticas contundentes aos essencialismos identitários, Sturt Hall (2003, p. 344) citando bel hooks e Gayatri Spivak questionou onde os negros estariam se não utilizassem um essencialismo estratégico.

Não existe o negro, nem raça no sentido biológico, mas existem enquanto conceitos socialmente articulados por um conjunto complexo de significados morais, simbólicos e históricos que se materializam em diversos contextos e temporalidades na fundamentação do racismo e implica na exploração, exclusão de possibilidades de escolhas, de ascensão social e material de pessoas consideradas não-brancas.

Para o filósofo Achille Mbembe (2014, p.19), negro e raça simbolizam o delírio produzido pela modernidade, diante do espelho o homem branco produziu o negro, o diferente tornou-se o negro, a “negação” do ser branco. Isso posto, “humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria - a cripta viva do capital”.

*A carne mais barata do mercado é a negra,
A carne mais marcada pelo Estado é a negra
(Carta à mãe África, 2006)*

Para Mbembe, o negro é um ser humano antes de ser um negro, a raça é uma invenção do projeto de exclusão capitalista que emergiu da colonização que classificou os seres humanos a partir das suas características físicas.

Ao reduzir o corpo e o ser vivo uma questão de aparência, de pele ou de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológica, os mundos euro-americanos em particular fizeram do Negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura, a da loucura codificada (MBEMBE, 2014, p. 11).

Essa “fantasmagoria” é personificada e transformada em real, os negros tornam-se espectadores, vidas vazias preenchidas pela definição do outro, que existem enquanto narrativas e marcas do delírio do branco. E completa:

o nome Negro em particular libertou, durante muito tempo, uma extraordinária energia, ora como veículo de instintos inferiores e de forças caóticas, ora como signo luminoso de possibilidades de redenção do mundo e da vida num dia de transfiguração (MBEMBE, 2014, p.14).

Se o negro existe enquanto oposição ao branco, quem são esses brancos nunca problematizados pela história? Nunca racializados? São considerados entidades que sempre estiveram ali e exercem lugares de privilégio, ora vistos como os salvadores, ora como alagoes. Foi a partir desses questionamentos que o conceito de branquitude foi desenvolvido: quem são os brancos, como agem, por que agem? Para a pesquisadora Ruth Frankenberg, a branquitude, “como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. (DA SILVA, H., 2011)¹³.

O ser branco no Brasil é uma experiência única que difere do ser branco de outros lugares e culturas. Nos EUA, por exemplo, “ser branco está estritamente ligado à origem étnica e genética de cada pessoa; no Brasil está ligado à aparência, ao status e ao fenótipo; na África do Sul fenótipo e origem são importantes demarcadores de brancura” (SCHUCMAN, 2012, p. 23).

A branquitude criou o negro ideal, suas características, sua forma de ser e se portar no mundo, e todos aqueles que se distanciam dessa criação, são decididos por conveniência da branquitude se poderão ser considerados brancos ou negros. Cabe a ela o direito de definir sua própria criação, expondo a atualidade da política de branqueamento à brasileira dos anos de 1930, e recorrendo a ela para dizer que não necessitamos de ações afirmativas no combate ao racismo, sobretudo, argumentando que o fenômeno do racismo não existe na experiência brasileira. A discussão é intensa e os movimentos negros rompem com esse negro/a imaginado/a, mostrando a face racista da ideia de miscigenação como presente no trecho abaixo da música do rapper GOG:

*E a miscigenação, tema polêmico no gueto
Relação do branco, do índio com preto
Fator que atrasou ainda mais a autoestima:*

¹³ Ver mais em: <http://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude/#gs.hozT_WQ>. Acesso em: 30 mar. 2017.

*-Tem cabelo liso, mas olha o nariz da menina
(Carta à mãe África, 2006)*

A expressão “ações afirmativas” se constituíram como políticas públicas que emergiram do cenário de luta antirracista dos movimentos negros norte-americanos. “Mas a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos. Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros” (MOEHLECKE, 2002, p. 197). Os principais objetivos dessas ações eram “induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero”, a coibição do racismo no tempo presente para “eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado” (DOMINGUES, 2005, p.165). As cotas raciais significam mais do que inclusão dos negros e negras nas universidades e concursos públicos, significam representação, seja ela enquanto pesquisas acadêmicas a partir da visão de quem sobrevive ao racismo, seja nos lugares de poder, nos postos de trabalho, nas outras versões sobre a história negra.

*E rancorosos, maldosos muitos são,
Quando falamos numa mínima reparação:
-Ações afirmativas, inclusão, cotas?!
-O opressor ameaça recalçar as botas.
Nos mergulharam numa grande confusão
Racismo não existe e sim uma social exclusão
(Carta à mãe África, 2006)*

Os opositores utilizam o argumento de que as cotas sociais resolveriam também o problema do racismo. A argumentação de muitos é de que, com as cotas sociais, os pretos seriam incluídos no projeto de inclusão social por meio da educação. No entanto, os números mostram que mesmo nas classes trabalhadoras, os estudantes que conseguem vagas nas universidades públicas são os/as brancos/as e uma minoria de pardos pobres. Os/as pretos/as, principalmente, continuam excluídos quando a solução se baseia apenas no quesito classe. Nos dados do IPEA sobre escolarização, a política de ações afirmativas com o ProUni, por exemplo, beneficiou consideravelmente a população branca:

Tabela 2
Bolsistas do ProUni por região, cor/raça e sexo (2005-2011)
(Em %)

Região		Cor/raça		Sexo	
Norte	5	Branca	47,6		
Nordeste	15	Parda	35,4	Masculino	49
Sudeste	52	Preta	12,5		
Sul	19	Amarela	1,8		
Centro-Oeste	9	Indígena	0,2	Feminino	51
		Não informada	7,41		

Fonte: Sistema do ProUni (SISPROUNI). Disponível em: <<http://www.prouni.net/category/sisprouni>>. Acesso em: 21 set. 2011.

Fonte: Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, 2012, p. 41.

O racismo é uma das principais variantes das desigualdades sociais, na sua dinâmica, ele “cria preconceitos, discrimina e segrega os indivíduos de um determinado grupo social, subjugando-os e fixando-os em posições subalternas e inferiores” (NASCIMENTO, 2006, p. 60). Defender as cotas raciais é um componente indispensável na luta antirracista.

*Eterno! É o tempo atual, na moral
No mural vedem uma democracia racial
E os pretos, os negros, afrodescendentes
Passaram a ser obedientes, afroconvenientes
Nos jornais, entrevistas nas revistas
Alguns de nós, quando expõem seus pontos de vista
Tentam ser pacíficos, cordiais, amorosos
E eu penso como os dias tem sido dolorosos...
(Carta à mãe África, 2006)*

Referências

ALBIN, Ricardo Cravo. *Dicionário Houaiss Ilustrado Música Popular Brasileira - Criação e Supervisão Geral Ricardo Cravo Albin*. Rio de Janeiro: Edição Instituto Antônio Houaiss, Instituto Cultural Cravo Albin e Editora Paracatu, 2006.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A Linguagem e as Representações da Masculinidade*. Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3121.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

DJ RAFFA. *Trajetória de um guerreiro: história do DJ Raffa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, núm. 29, maio-ago. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, Brasil, 2005, p. 164-176.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

_____. **Os condenados da Terra**. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

FELIX, João Batista De Jesus. *Chic show e zimbabwe e a construção da identidade nos bailes blacks paulistanos*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Antropologia: USP, 2000.

_____. *Hip hop: Cultura e política no contexto paulistano*. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Antropologia: USP, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora. In: Liv Sovik (org). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Trad. Adelaine LaGuardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG. Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

IBGE. *Censo Demográfico 2010 – Famílias e domicílios*. IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. *Censo Demográfico 2010 – Características da população e domicílios*. IBGE, 2010. <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 20/03/2017.

INEP/MEC. *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Censo demogr., Rio de Janeiro, 2010, p.1-203.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Antígona: 2014.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. Nº 117. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Autores Associados, nov. 2002, p. 197-217.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NASCIMENTO, Alexandre do. *Ações Afirmativas: da luta do Movimento Social Negro às políticas concretas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, FAPERJ, 2013.

_____; MOFACTO, Elizabete Santos. *Relações étnico-raciais, gestão escolar e educação: dos desafios para a consolidação de uma perspectiva democrática nas escolas*. Gestão escolar pública: desafios contemporâneos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2015, p. 59-74. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002430/243009POR.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

PEREIRA, Rafael. Sob as leis do tráfico. *Revista Quem, Globo*. 20 fev. 2009. Disponível em: <<http://revistaquem.globo.com/Revista/Quem/0,,EMI44577-9531,00-SOB+AS+LEIS+DO+TRAFICO.html>>. Acesso em 13 abr. 2017.

OLIVEIRA, Eliane C. B. de. *Do gangsta às minas: o rap do Distrito Federal e as masculinidades negras (1990 a 2015)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da USP, 2012.

ZANELLO, Valeska. (Orgs.). *Gênero e Feminismos: convergências (in)disciplinares*. Brasília: Ex Libris, 2010.

_____; e GOMES, Tatiana. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. *Caderno Espaço Feminino*, v. 23, n. 1/2, 2010, p. 265-280.